

## ■ O “quilombo” argentino

**Gerardo Silva**

Para Marcelo Gantos,  
em homenagem a nossa trajetória em comum  
e vinte anos de amizade!

“Zumbi/bateu no tombo e correu no chão/  
de dentro pra fora/de fora pra dentro/  
onde o pensamento apareceu/  
pela primeira vez no mesmo lugar”  
(Interlude Zumbi, Chico Science & Nação Zumbi)

Alheios ao verdadeiro significado da palavra ‘quilombo’, que para as lutas dos escravos no Brasil representou um espaço de fuga e liberdade, os argentinos aplicam-na para indicar ‘bagunça’. Mais ou menos o que o presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso chama de ‘baderna’, quando se trata de desprestigiar as manifestações públicas dos grevistas e opositores. Os ‘baderneiros’ do FHC são os ‘quilomberos’ do governo argentino, desde Alfonsín até Duhalde. Só que por uma estranha (borgiana!) jogada do destino, o quilombo argentino transformou-se num verdadeiro quilombo. Os acontecimentos dos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, quando a população saiu espontaneamente para as ruas para repudiar o roubo institucionalizado das poupanças e a falta de oportunidades de trabalho e esperança de vida, desobedecendo à declaração de estado de sítio que outrora representara ameaça certa de desaparecimento e morte, revelaram instantaneamente a fragilidade do poder nesse espaço de afirmação coletiva cujo horizonte de ação política instituiu a reivindicação “*que se vayan todos, que no quede ni uno solo*”.

Desde então, em que pouco mais de nove meses parecem um século, a palavra de ordem foi levada muito a sério. A potência da multidão não apenas acabou com dois presidentes e um super-ministro de economia, como também com os partidos políticos e as formas tradicionais de representação. O Estado ficou nu, apesar da esquerda saudosista que ainda acredita na reconciliação.

O presidente Duhalde, que conhece à perfeição os mecanismos de manipulação partidária e coerção institucional, mal consegue salvar sua pele apoiando-se para governar na Corte Suprema de Justiça, num jogo de chantagem mútua.<sup>1</sup> Os candidatos às próximas eleições também não vão muito bem, porque o movimento dos movimentos lhes recusa a palavra, antecipa suas estratégias de poder e os ameaça com a verdade. Mas, quem são esses sujeitos que se negam a negociar, esses negros fujões que fazem o quilombo?

### **“Veinte años no es nada” (?)**

A história dos últimos vinte anos na Argentina é a história da democracia. É a história, portanto, daquilo que foi dolorosamente conquistado ao longo de um período difícil e complexo. Em primeiro lugar, foi preciso prestar contas com o passado, com os 30 mil desaparecidos e com os mortos na guerra das Malvinas. Conseguiu-se muita coisa, apesar das leis de ‘obediência devida’<sup>2</sup> e ‘ponto final’<sup>3</sup>. Os generais da ditadura foram julgados e declarados culpados, e o general Galtieri destituído por inépcia da corporação militar. Os organismos de direitos humanos tornaram-se uma referência da ação política, e as *Madres de Plaza de Mayo* uma figura emblemática da resistência. E quando o poder fechou a cerca jurídica para o “*juicio y castigo a los culpables*”, as *Abuelas de Plaza de Mayo* abriram novamente a brecha e persistiram na procura dos seus netos seqüestrados pelos captores e torturadores dos seus filhos. Com o jornal *Página/12*, enfim, cujo significado na construção de uma subjetividade autônoma e contestatória não deve ser nunca subestimada, foi também possível uma imprensa independente.

<sup>1</sup> A Corte Suprema de Justiça defende a constitucionalidade do confisco das poupanças (i.e. *corralito*), e o governo do presidente Duhalde freia o pedido de juízo político - para a destituição dos atuais membros da Corte Suprema, acusados de conivência com o poder - feito pelas bancadas da oposição na Câmara dos Deputados.

<sup>2</sup> Ou seja, somente os militares que deram as ordens de matar podem ser processados, e não os que as executaram.

<sup>3</sup> Ou seja, o fim das investigações pelo seqüestro e desaparecimento de pessoas durante a ditadura militar, que a onipotência do presidente Menem transformou em indulto para os condenados, sob a alegação da necessidade de reconciliamento da sociedade argentina.

Em segundo lugar, travou-se uma batalha contra as estruturas e dirigentes sindicais que, desde tempos imemoriais, tendo em conta a intensidade do presente, permaneceram incrustados nas dobras do poder, inclusive do poder militar durante a ditadura. Existia uma outra possibilidade de travar essa luta fora do regime neoliberal do governo Menem, isto é, fora das reformas do Estado e privatização das empresas públicas levadas a cabo por um governo peronista? De qualquer maneira, é verdade, pagou-se um preço muito alto nessa empreitada. Segundo dados recentes do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da Argentina (INDEC), 53% da população é considerada pobre e um de cada quatro indigente, quer dizer, o dinheiro que ganha não é suficiente para seu sustento alimentar. De outubro de 2001 até maio de 2002, 5.2 milhões de pessoas transformaram-se em novos pobres, e ao menos 4 milhões passaram a ser indigentes. Desse caldo, evidentemente, também alimentou-se a rebelião.

Em terceiro lugar, destituíram-se de soberania os partidos, as alianças políticas e o resto das instituições pilares da democracia representativa, inclusive a Corte Suprema de Justiça. Mais do que nunca ficou evidenciado o vínculo espúrio que torna efetivo o poder do Estado. Quanto aos partidos políticos, as assembleias de bairro, os *piqueteros*, os movimentos de desocupados, os trabalhadores das fábricas tomadas, a multidão em geral, recusam sua presença institucionalizada. Nas reuniões fala-se de política, não de partidos. No que diz respeito à Corte Suprema, ninguém se ilude sobre seu mecanismo de sobrevivência: o naufrágio do executivo e do legislativo, aferrados ao salvavidas do que resta da máquina da legalidade. “*Veinte años no es nada*” diz a letra do tango, que procura irremediavelmente redenção no passado. Para a democracia argentina, pelo contrário, significou a esperança de uma grande transformação. Quem são, portanto, os quilombeiros da Argentina? Os que lutaram e compreenderam isso, que o combustível que mantém acesa a tocha da democracia é o bem comum<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Sendo que “O bem comum não é a finalidade da política, mas efeito de uma política adequada aos interesses e costumes dos cidadãos que a instituíram” (Cf. Marilena CHAUI; *Espinosa. Uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Editora Moderna, 1995, pg. 75)

### ***De te fabula narratur***

Podemos pôr em evidência a radicalidade da palavra de ordem “*que se vayan todos, que no quede ni uno solo*”, através do exemplo do patético artigo de Mariano Grondona, um charmoso intelectual orgânico do poder e da repressão, leitor de Bobbio e *tutti quanti*, publicado no conservador jornal *La Nación*, do dia 25 de Agosto de 2002, com o título “O que querem dizer quando dizem ‘*que se vayan todos*?’” (logo no início estamos sabendo que não é ele que está dizendo!). O problema, segundo Grondona, é que não se conhece o que está por trás dessa afirmação, “[nós (nós quem cara-pálida?)] queremos saber qual é o dizer profundo que se esconde por trás do seu dizer aparente”. A essa indagação caberiam várias interpretações. Na primeira delas, que poderia ser chamada de ‘literal’, que *se vayan todos* significa que *se vayan todos*, no qual ninguém ficaria fora da condenação popular (sic), o que constituiria logicamente um absurdo. Porém, prossegue o doutor educado em Harvard, a frase diz que *se vayan todos* e não que *nos vayamos todos*, com o que os argentinos ficam divididos em dois: os que mandam ir embora e os que deveriam obedecer o mandado de ir embora. Isto parece mais lógico.

Mas, quem deveria ir embora? Todos os políticos? Evidentemente não, diz Grondona, porque alguns políticos assumem a exigência de que *se vayan todos*. Talvez os políticos tradicionais, porém eles contam com apoio nas pesquisas eleitorais (?). E se alguns dos que vão embora voltam ou querem voltar? Poderiam ser proscritos? Caso afirmativo, seria isso compatível com a democracia?. *Cul-de-sac*. A partir daqui, o professor da Universidade de Buenos Aires Mariano Grondona reina absoluto: nem todo mundo quer que todo mundo vá embora. E logo pontifica: “Uma vez que o *tribunal da lógica* [grifo meu] tem condenado a [afirmação] ‘*que se vayan todos*’, não diremos também nós, que existe alguma verdade por trás do dito mais popular do nosso tempo?”.

Os números não deixariam Grondona mentir. Nos últimos anos a Argentina empobreceu. O desemprego, a fome e a miséria são dados objetivos, tanto mais nas periferias das principais cidades e em algumas províncias

do norte do país, onde os índices de pobreza alcançam 60% da população. “O pior, diz o principal jornalista político da televisão argentina, não é um determinado nível de pobreza. O pior é o fato dela estar subindo. O pior não é o subdesenvolvimento, mas o des-desenvolvimento. [O nosso país] é o país dos novos pobres”. O verdadeiro significado da afirmação que *se vayan todos* é, portanto, que “devem ir embora os responsáveis do nosso empobrecimento”. Nem político, nem economista, Grondona acha que consegue demonstrar que ele estaria livre da condenação popular que tanto o preocupa. Tanto ele quanto muitos outros como ele. Mas os quilombeiros argentinos sabem exatamente o que significa *que se vayan todos*: inclusive os colaboradores da ditadura, e defensores da presença militar nas ruas sempre que aconteceram episódios de desobediência civil, como o próprio Mariano Grondona. Porque foi assim que se construiu a pobreza do país. É a lógica da multidão que explica esse sentido profundo da afirmação/palavra de ordem, e não o receoso esclarecimento da culpa e do temor de um poder completamente apavorado.

### **Da “República dos Palmares” à “República dos Pampas”**

Até a tardia e definitiva data oficial da abolição da escravatura no Brasil, no dia 13 de maio de 1888, os quilombos representaram uma das formas mais plenas e vitais da luta dos negros pela conquista da liberdade. Multiplicavam-se ao longo do extenso território brasileiro como lugares de resistência ao poder constituído da sociedade escravocrata. Eram, em grande medida, autônomos e inexpugnáveis. Eram igualmente combatidos como assunto de Estado, posto que as fugas, que os quilombos tendiam a transformar em permanentes ou definitivas, afetavam a economia e a ordem social das colônias e do império. O mais importante deles, denominado – metaforicamente – “República dos Palmares”, perdurou por quase 70 anos, durante o século XVII, como um quisto no corpo das plantações do nordeste, as mais importantes na época, devorando seu sistema linfático e debilitando as energias produtivas que davam sustento a essa relação de poder.

O quilombo argentino também se constitui a partir de um desejo de liberdade. Trata-se da liberdade de poder decidir sem constrangimentos

sobre os destinos do bem comum, daquilo que, segundo Spinoza, faz a felicidade de todos e de cada um<sup>5</sup>. Nesse sentido, a “República dos Pampas” deve ser considerada como a construção de um espaço vital de afirmação democrática, que não pode ser instaurado senão fora do território soberano do Estado e contra ele. À diferença dos movimentos armados das décadas de '60 e '70, a “República dos Pampas” (ou o quilombo argentino) conta com as táticas da desobediência civil e desconhece qualquer forma de oportunismo messiânico e/ou estabelecimento de uma prática de comando central. Somente reconhece as decisões das assembléias públicas, multiplicadas segundo as circunstâncias e os lugares.

O futuro da Argentina é difícil de prever. Também não faz muito sentido um exercício de previsão quando a potência em ato da multidão pressupõe conseqüências imprevisíveis. Como mensurar o valor político e institucional de uma assembléia de bairro onde pessoas de diversas idades, diferentes trajetórias de vida e condição social se reúnem sistematicamente para debater o sentido imanente da democracia? Como avaliar o poder constituinte de um movimento de desocupados ou de autogestão das fábricas tomadas, quando as formas políticas tradicionais as excluía por considerá-las perigosas demais? Talvez os políticos da grande transformação nem sequer estejam no cotidiano dessas lutas. Mas uma coisa é certa: nem a democracia, nem a cidadania, nem a vida das pessoas serão as mesmas após os acontecimentos de 19 e 20 de dezembro de 2001, quando começou o quilombo argentino.

<sup>5</sup> Cf. Maurício ROCHA; “Spinoza e a felicidade” in RioArtes 11(30), Cidade do Rio de Janeiro 2002.

■ Gerardo Silva é argentino, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e Doutorando em Sociologia pelo IUPERJ/UCAM. Pesquisador associado ao LABTeC/UFRJ